

A CONTRIBUIÇÃO ACADÊMICA DOS CURSOS DE ARQUITETURA E URBANISMO E DE DESIGN SOBRE O ENVELHECIMENTO HUMANO

Regina Cœli Carneiro Marques (1); Danielle Maria Lamenha Santos (2); Fernando Antônio de Melo Sá Cavalcanti(3); Marcia Rocha Monteiro (4)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. CAMPUS A.C. SIMÕES. FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

(1) <u>regina.marques@fau.ufal.br</u> (2) <u>danielle.lamenha@fau.ufal.br</u> (3) <u>fernando.antônio@fau.ufal.br</u> (4) <u>mrm@fau.ufal.br</u>

Resumo

O aumento da expectativa de vida das populações urbanas em Alagoas como em outras cidades brasileiras e no mundo impacta na elaboração de projetos para a cidade, a arquitetura, os ambientes internos e respectivos mobiliários, exigindo na formação acadêmica pesquisas, debates das experiências e abordagens projetuais voltadas a população idosa. Percebe-se na Universidade a crescente demanda de Trabalhos Finais de Graduação (TFGs), nos cursos de Arquitetura e Urbanismo e de Design, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), em Maceió, Alagoas, sobre espaços físicos para o idoso. E, a necessidade de discussão sobre o envelhecimento numa perspectiva mais ampla, cabendo seus aspectos positivos, as limitações físicas, as questões socioeconômicas, o imaginário sobre a velhice, a institucionalização do idoso e a regulamentação pelo Estado para que ele exista como cidadão como realidade. O objetivo deste relato é apresentar, a partir dos TFGs, como os cursos de Arquitetura e Urbanismo e de Design da FAU/UFAL, em Maceió (AL), tem contribuído para as discussões e o aprimoramento de soluções espaciais para o idoso, nesses campos de saber. Espera-se ampliar o debate com outros profissionais, e contribuir com novo olhar para o ensino e os processos projetuais que atendam as demandas da população. Os condicionantes dos projetos fundamentam-se nas legislações edilícias e urbanísticas como regra geral, mas é na ergonomia e no desenho universal que encontram maior respaldo. As referências de modos de morar e conviver encontramse mais em exemplos nacionais e internacionais especialmente as que valorizam o idoso no núcleo familiar e na sociedade. Esse estudo consta de pesquisa referencial sobre o idoso e o envelhecimento em publicações diversificadas e levantamento cadastral dos TFGs da FAU/UFAL, no período de 1991 a 2017. Os trabalhos foram agrupados por área de conhecimento e abordagem direta e indireta de promoção ou reflexão sobre o espaço para idosos. Buscou-se relacionar o período de aprovação do TFG ao contexto sócio-político-legal, observando a influência e a relação entre os temas de TFGs e o panorama nacional. A coleta de informações abrangeu conversas com discentes sobre as motivações e as dificuldades para a escolha do tema e no processo de elaboração do TFG. Como resultados, dentre os 44 TFGs, no referido período, a maior demanda foi na área de Projeto Arquitetônico (25), porém, a partir dos Estatutos da Cidade (2001) e do Idoso (2003) e da realização do Plano Diretor Participativo de Maceió (2005), iniciaram outras demandas urbanísticas, paisagísticas, de conforto e de design. Portanto, há necessidade de mais docentes se envolverem para enfrentar didática e pedagogicamente na orientação e avaliação dessa temática; trocar experiências com profissionais de outras áreas para ampliar a visão sobre o envelhecimento na sociedade contemporânea; e contribuir na melhoria espacial, ergonômica e para o conforto ambiental e a acessibilidade dos idosos. Porém, afirma-se que as acões projetuais em Arquitetura e Urbanismo e em Design não são suficientes para dar conta da complexidade inter e transdisciplinar que exige o envelhecimento ativo, saudável e sustentável

Palavras chave: Envelhecimento, Arquitetura e Urbanismo, Design.



Resumo Expandido: Introdução

O aumento da expectativa de vida das populações urbanas em Alagoas, no Brasil e no mundo impacta na elaboração de projetos para espaços na cidade, na escala urbana e do edifício, exigindo cada vez mais da formação acadêmica pesquisas, debates e abordagens projetuais voltadas a população idosa. Esse aspecto é desafiador para os profissionais das distintas áreas de conhecimento e requer compreensão sobre o processo de envelhecimento, que começa ao nascer, passando por várias etapas da vida, cada vez mais longeva e produtiva. Na sociedade há que se ajustar e proporcionar as condições para sua inclusão social, especialmente relacionadas às questões sobre acessibilidade urbana, as ocupações arquitetônicas e os mobiliários apropriados, na contemporaneidade.

Em decorrência, na academia cresce a demanda de Trabalhos Finais de Graduação (TFGs), nos cursos de Arquitetura e Urbanismo e de Design, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus A. C. Simões, em Maceió, Alagoas, sobre espaços físicos para idosos, despertando a necessidade de discussão do tema envelhecimento como uma condição de vida, numa perspectiva mais ampla da longevidade, com seus aspectos positivos, e limitações físicas, questões socioeconômicas e o imaginário sobre a velhice, a institucionalização do idoso como uma realidade, e a regulamentação pelo Estado para que ele exista como cidadão.

Salienta-se nessa apresentação, especificamente o interesse de discentes da FAU/UFAL, Campus Maceió (AL), em contribuir com a discussão, tendo em vista suas motivações pessoais, a partir de experiências cotidianas, convivendo com avós e observando, no dia a dia, outros idosos, suas limitações e habilidades em casa, no trajeto no ônibus, ou nas calçadas. Identifica-se que as temáticas dos TFGs acompanham as preocupações vigentes no cenário nacional, como deve ocorrer também em outras universidades e faculdades, por razões semelhantes.

Contextualizando, a preocupação com a pessoa idosa no Brasil encontra amparo legal, inicialmente, de maneira ampla com o estabelecimento dos Direitos Humanos e da cidadania a partir da Constituição Federal de 1988. O texto constitucional refere-se ao idoso nos artigos 229 e 230, constando neste último que "a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida" (BRASIL, 1988). O Sistema Único de Saúde (SUS), criado nesta Constituição, tem papel fundamental no amparo e assistência à saúde do idoso e demais cidadãos, de forma universal, portanto participa desta preocupação amplamente. Seus direitos sociais só foram assegurados, de modo específico, com a promulgação e regulamentação da Política Nacional do Idoso, Lei nº. 8.842/1994 e Decreto nº 1.948/1996. Em 1999, Ano Internacional da Pessoa Idosa, o Governo



anunciou a Politica Nacional de Saúde do Idoso através da Portaria Ministerial nº 1.395/1999 e, quatro anos após, sancionou a Lei nº 10.741 de 01 de outubro de 2003, que instituiu o Estatuto do Idoso regulamentando os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Outras legislações surgiram para consolidar as conquistas sociais e regulamentar suas práticas. Em 2004, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) publicou a NBR 9050 sobre Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, que foi revisada e ampliada em 2015 (ABNT, 2004). Embora não seja especificamente para o idoso, essa Norma contém orientações para a eliminação de barreiras arquitetônicas, na concepção projetual de Arquitetura, Urbanismo e Design, baseadas no Desenho Universal. Destaca-se também, a aprovação RDC Nº 283/2005, que define normas de funcionamento para as instituições de longa permanência para idosos, de caráter residencial.

Na academia, em 2006, na UNESC, foi apresentada a monografia de especialização "A arquitetura como fator de inclusão social para idoso, uma proposta pedagógica para os cursos de Arquitetura e Urbanismo" (CARVALHO, 2006), demonstrando a necessidade de inserção deste assunto na estruturação do pensamento universitário O envelhecimento tem sido foco de discussão em eventos nacionais e internacionais, na área de saúde, mas atraindo outras como no IV CIEH (2017) que introduziu o tema XVI "Acessibilidade Urbana e Concepções Arquitetônicas", abrangendo a arquitetura, urbanismo, paisagismo e design, nas quais a compreensão do processo de envelhecimento e das concepções sociais a esse respeito tem refletido novas formas de organização físico-espacial e respostas projetuais contribuindo para a longevidade do cidadão. Os condicionantes dos projetos fundamentam-se nas legislações edilícias e urbanísticas como regra geral, mas é na ergonomia e desenho universal que encontram maior respaldo. A busca de referências projetuais tem mais exemplos internacionais de modos de morar e conviver, com o idoso inserido no núcleo familiar e na sociedade, oferecendo melhores condições para promover autonomia, a segurança, acolhimento e saúde nos diversos níveis de atendimento.

Para os graduandos universitários em geral, em fase final de curso, o TFG é a oportunidade de demonstrar seu aprendizado e contribuir para a área que tem maior afinidade acadêmica e/ou iminentemente interesse profissional.

O objetivo deste relato é apresentar a partir dos Trabalhos Finais de Graduação como os cursos de Arquitetura e Urbanismo e de Design da FAU/UFAL, Campus Maceió (AL), tem contribuído para as discussões e θ aprimoramento de soluções espaciais para o idoso, nesses campos de saber.



Os levantamentos iniciais sobre os temas de TFGs, na FAU/UFAL, mostraram diferentes escalas de intervenção e abordagens do espaço para o idoso sempre na perspectiva de prover espaços mais adequados, seguros e saudáveis para o acolhimento e o conforto desses usuários no desenvolvimento de suas atividades. Entre os projetos encontrados, destacam-se por exemplo: propostas arquitetônicas de condomínios residenciais com inserção em malha urbana acessível; redesenho de ambientes em instituições de longa permanência; análise ergonômica para implantação de serviço *homecare* em edificações residenciais multifamiliares; e redesenho urbanístico e paisagístico de espaços públicos visando a mobilidade. Nos casos levantados, observa-se entre 1991 e 2017, a presença desse tema na discussão e produção acadêmica discente, que embora discreta no início, intensificou-se no ano em curso, exigindo capacitação didático - pedagógica dos docentes sobre o envelhecimento da população. Espera-se, a partir deste, ampliar o debate e o olhar sobre esse campo no qual atuam múltiplos profissionais, e contribuir com os processos de ensino e as propostas espaciais para novas demandas sobre a longevidade numa perspectiva de envelhecimento bem sucedido da população.

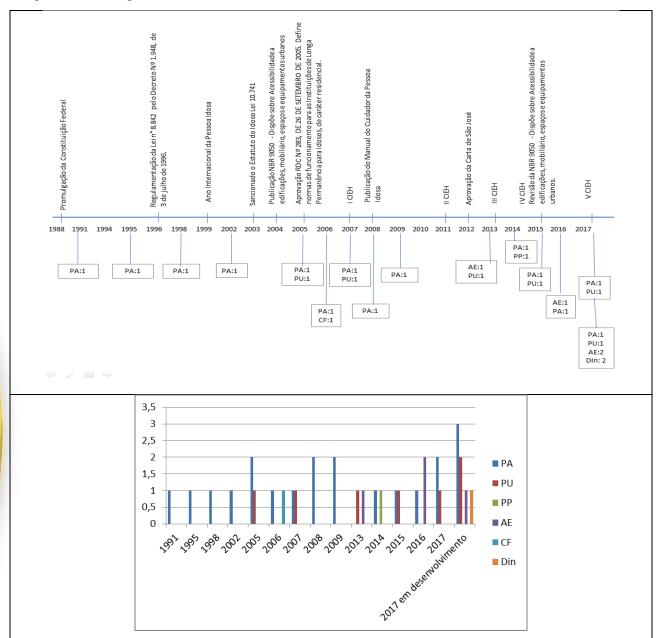
Metodologia

Esse relato consta de pesquisa referencial sobre o idoso e o envelhecimento humano com publicações diversificadas abrangendo questões sociais, econômicas, antropológicas, do direito além das arquitetônicas, urbanísticas, paisagísticas e de design que fundamentam as discussões e a-os projetos, concentrando-se naqueles relacionados à ocupação e uso espacial de usuários idosos. Consta também levantamento cadastral dos TFGs da FAU/UFAL, Campus Maceió (AL), no período de 1991 a 2017, e no curso de Design, recém-criado, compreende o período 2015-17, quando a primeira turma se forma. Os trabalhos foram agrupados por área de conhecimento com foco em: (i) Projeto de Arquitetura – PA; (ii) Projeto Urbanístico – PU; (iii) Projeto de Paisagismo (PP); (iv) Conforto Ambiental – CA; (v) Análise Ergonômica – AE; e (vi) Design de Interiores (DIn) e a abordagem do tema no trabalho ocorre de forma direta (D) ou indireta (ID) sobre a promoção ou reflexão do espaço para o idoso. Buscou-se relacionar o período de aprovação do TFG ao contexto sócio-político-legal, verificando a influência e a relação entre os temas de TFGs e o panorama nacional (Imagens 1 e 2). A coleta de informações abrangeu também conversas com os discentes sobre as motivações e dificuldades na escolha do tema e no processo de elaboração do TFG.



Resultados e Discussão

A construção da linha do tempo quanto ao panorama nacional, o agrupamento por área de conhecimento dos TFGs e o quantitativo da produção discente de 1991 a 2017 estão apresentados nas imagens 1 e 2 a seguir.



Imagens 1 e 2: Panorama nacional legal e de eventos que influenciaram na demanda de TFGs com foco no idoso, relacionados ao agrupamento por área de conhecimento, na FAU/UFAL, Maceió (AL), no período de 1991 a 2017. Fonte: Elaborado pelos autores SANTOS e MARQUES (2017).

A maior demanda de TFGs tem sido na área de Projeto Arquitetônico porém, a partir do Estatuto da Cidade (2001) e o Estatuto do Idoso (2003) e do Plano Diretor Participativo de Maceió (2005), iniciaram outras demandas urbanísticas, paisagísticas, de conforto e de design. Dos 45 TFGs identificados, os 36 trabalhos Diretos (D) são: 25 de Projetos de Arquitetura (PA); 6 de Projeto



Urbanístico (PU); 1 de Projeto de Paisagismo (PP); 2 de Conforto (CF); 1 de Analise Ergonômica (AE); e 1 de Design de Interiores (DIn), e 8 trabalhos Indiretos (ID). Verifica-se o emprego de diferentes terminologias para caracterizar a faixa etária do idoso, portanto uma discussão sobre os conceitos que a definem é necessária, com base nas normatizações atuais. As diferentes áreas de conhecimento dos docentes, integrantes das bancas de avaliação dos TFGs, exigem debates e atualizações dos conceitos sobre o envelhecimento ativo, para possibilitar uma avaliação consistente dos projetos apresentados pelos discentes. Portanto, há necessidade de interagir com outros profissionais para ampliar a visão sobre o envelhecimento na sociedade contemporânea.

Conclusões

Com o aumento da demanda de TFGs, em 2017, há necessidade de mais docentes se envolverem didática e pedagogicamente para participar da orientação e da avaliação da complexa temática do envelhecimento humano. Observa-se o respeito e a valorização do envelhecimento ativo e inclusivo, como uma forma de ser e estar, no coletivo da sociedade contemporânea. E, há contribuições significativas na melhoria espacial, ergonômica e conforto dos espaços para usufruto do idoso porém, afirma-se que as ações projetuais em Arquitetura - Urbanismo e Design não são suficientes para dar conta da complexidade inter e transdisciplinar que exige o envelhecimento ativo, saudável e sustentável, embora contribua para as discussões acerca da longevidade.

Referências Bibliográficas

Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro (RJ): ABNT; 2004.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal; 1988.

BRASIL. Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Transportes e da Mobilidade Urbana. Programa brasileiro de acessibilidade urbana Brasil Acessível - Caderno 2, construindo uma cidade acessível. Brasília (DF): Ministério das Cidades; 2006. 170p. [acesso em: 2017 maio 15]. Disponível em: https://www.sinaldetransito.com.br/normas/programa_brasileiro_de_acessibilidade_urbana.pdf

BRASIL. Portaria nº 2.528 de 19 de outubro de 2006. Aprova a Política Nacional de Saúde da pessoa idosa [portaria na internet]. [acesso em: 2017 out 13]. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html

Camarano AA. TD 1840 – Estatuto do Idoso: Avanços com Contradições. Rio de Janeiro (RJ): Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; 2013.

Carvalho EB. A arquitetura como fator de inclusão social para idoso, uma proposta pedagógica para os cursos de Arquitetura e Urbanismo. [Dissertação de Especialização na internet]. Santa Catarina (SC): UNESC; 2006. [acesso em: 2017 out 8]. Disponível em: http://www.bib.unesc.net/biblioteca/sumario/00002B/00002BD6.pdf Félix J. Viver muito: outras ideias sobre envelhecer bem no séc. XXI (e como isso afeta a economia e o seu futuro). São Paulo (SP): Leya; 2010.